

H I S T Ó R I A

& U T O P I A S



ORGANIZAÇÃO
Ilana Blaj
John M. Monteiro

A N P U H

Associação Nacional de História

HISTÓRIA & UTOPIAS

*Textos apresentados no XVII Simpósio
Nacional de História*

Organização
John Manuel Monteiro
Ilana Blaj

A N P U H

Associação Nacional de História

1996

COTIDIANO E COTIDIANEIDADE

novos paradigmas no ensino de história

Zilda Márcia Gricoli Iokoi
Universidade de São Paulo

Toda a discussão que tem sido travada entre os historiadores contemporâneos está matizada pela polêmica em torno do cotidiano. Seria esse um nível essencial na recuperação histórica? Estariam contidos no cotidiano os elementos centrais das relações sócio-políticas e culturais, capazes de serem percebidas como originalidades e especificidades dos sujeitos e ao mesmo tempo revelarem as ancestralidades das relações envolvidas? As estruturas são perceptíveis na análise do cotidiano no seu sentido estrito? Questões desta natureza nos põe em contato com as várias dimensões históricas do tempo, não apenas como medida cronológica, mas com dimensão de ritmo e níveis do conhecimento que devem ser considerados na decodificação do atual debate em que estão mergulhados os historiadores e os educadores de modo geral.

Para Agnes Heller, o tempo “é a irreversibilidade dos acontecimentos. O tempo histórico é a irreversibilidade dos acontecimentos sociais. Todo acontecimento é irreversível do mesmo modo; por isso, é absurdo dizer que, nas várias épocas históricas o tempo decorre em alguns casos lentamente e em outros com maior rapidez. O que se altera não é o tempo, mas o ritmo das alterações das estruturas sociais. Mas, esse ritmo é diferente nas esferas heterogêneas. É esse o fundamento da desigualdade do desenvolvimento, que constitui uma categoria central da concepção marxista da história.”¹ As essencialidades referidas por Heller, devem ser entendidas na polaridade essência e aparência, túmulos e berços da história. O movimento de submersão e de explicitação de várias estruturas demonstra com clareza que, em cada circunstância, são necessárias análises que permitam a descoberta do sentido íntimo de cada um dos processos sociais elencados. É possível deste modo, perceber que a singularidade dos processos só é inteligível em relação aos

1 Agnes Heller, *O Quotidiano e a História*, Rio de Janeiro, 1972, p. 3

demais e na comparação com outros elementos que permitam o entendimento da sua especificidade.

Se tomarmos o cotidiano das populações camponesas no Brasil, encontraremos em muitos momentos, práticas religiosas que se constituem de modo diferenciado em manifestações diversas. As romarias, por exemplo, são antigas formas de expressão do catolicismo que têm adquirido sentido político novo na atualidade. A romaria da terra, realizada no mês de novembro passou a significar, desde 1980, um momento de articulação política dos Sem Terras, no sentido de estabelecer os procedimentos e os passos para um programa de ação na luta pela reforma agrária, ou mesmo um espaço de preparação das ações desenvolvidas, rumo às novas ocupações, na defesa de suas posses. Este sentido específico e atual da manifestação só pode ser entendido se articulado à análise das estruturas de dominação a que estão submetidos esses grupos sociais e em comparação com práticas diferenciadas em estruturas equivalentes ou mesmo distintas. Assim, tempos históricos desiguais se explicitam “em conexão recíproca no interior de cada esfera da heterogênea realidade social;”² de tal modo que, a romaria da terra pode ter sentido articulador e militante, sentido religioso e simbólico do ato de fé, ou ambos simultaneamente. A particularidade que está sempre no nível do imediato, do cotidiano, se revela na universalidade genericamente humana das relações e pela simultaneidade dos tempos históricos.

As articulações mentais que devem ser desenvolvidas na análise são operações de decodificação de tempos que se movem não apenas de forma linear e ascendente (cronológica), como o que vai do nascimento à velhice, do ontem ao hoje, ou o da evolução das forças produtivas (das técnicas), assim como o das temporalidades que não podem ser entendidas senão como processos sociais contraditórios, cujos ritmos e intensidades podem promover mudanças radicais ou apenas acomodações sociais.

As primeiras narrativas históricas pautavam-se pela ênfase no cotidiano, uma vez que como crônica procuravam retratar os acontecimentos que envolviam o dia a dia do personagem escolhido. Histórias de reis, de santos, de bruxas e de magos eram inteiramente articuladas no nível imediato das representações do sujeito ou grupo social e descritas de forma biográfica ou memorialista. Do mesmo modo, os relatos de viajantes, são retratos de uma produção histórica que se circunscreve ao nível mais próximo, o do vivido, e deste modo, cria a aparência de maior objetividade e fidelidade com aquilo que “realmente ocorreu”.³ Entretanto, se esse nível está mais integrado ao *vivido*, o

2 Heller, *op. cit.*, p. 5.

3 Este era o sonho da proposição rankeana que deu sentido ao positivismo e à busca da verdade absoluta.

refletido, ou seja a inteligência sobre o acontecimento, e o *concebido*, a produção historiográfica, são desdobramentos necessários para que o próprio vivido ganhe historicidade. Nos níveis do refletido e do concebido não encontramos mais a exclusividade do cotidiano, uma vez que, a operação exige outras temporalidades que se distanciam daquele nível imediato. Deste modo, os juízos de valor, como os estéticos, éticos, ideológicos e morais, acabam remetendo os sujeitos à temporalidades que não se explicam exclusivamente no e pelo cotidiano. É por isso, que em um momento de extrema fertilidade Marc Bloch perguntava se “o filho seria mais a cara do pai do que a de seu tempo”,⁴ e concluía que seria a de seu tempo, uma vez que os valores sociais, culturais e simbólicos da época vivida influenciava tanto o filho como o pai. Entretanto, enquanto o primeiro vivia seu percurso de experiências originais, o pai, através do filho refletia sobre outras temporalidades constitutivas de seu passado. Este, se refaz pelo filho e aquele se forma pelas experiências em que se envolve e com os condicionantes sociais de seu tempo.

A constante tensão entre o passado e o presente, entre o novo e o velho, colocam o historiador frente a processos que se complexificam tanto mais quanto se expandem as teias de fatos e relações que envolvem os sujeitos. Os problemas para o entendimento localizam-se em embates que embora possam ser iniciados pela noção — indivíduo e papel social — sua superação se encontra na dimensão da totalidade e nos enfrentamentos de natureza política, ou seja, abre-se um debate em torno da história projeto. A reconstituição do vivido pelo concebido supõe a superação.

Deste modo é preciso retomar o debate proposto por Marx a respeito das necessidades, onde a noção de totalidade social nos parece indispensável para a recuperação dos níveis e temporalidades, uma vez que as relações de produção formam um todo e se articulam nos níveis da produção, da circulação e da apropriação permitindo a identificação de diferenciações dentro de uma mesma unidade. Nos *Grundrisse*, Marx escreve que “as forças produtivas e as relações sociais são umas e outras, aspectos diversos do desenvolvimento do indivíduo social”.⁵ É evidente que tanto as experiências individuais, quanto as sociais, condicionam-se às relações de produção, mesmo que nelas encontremos resquícios e formas ancestrais. As necessidades radicais para Marx foram detalhadas com maior ênfase nos níveis econômicos, daí os economistas labrousseanos terem aprofundado as pesquisas econômicas e quantitativas em detrimento das necessidades do

4 Marc Bloch, *Introdução à História*, São Paulo, 1965.

5 K. Marx, *Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política*. Madri, 1972, Vol. I, p. 20.

corpo, do amor, da liberdade. De todo o modo, o debate em torno do cotidiano como dimensão central para o conhecimento histórico se qualificou na crítica ao estruturalismo althusseriano, e portanto, entre os anos 50 e 60 deste século. O enfrentamento do tema nos remete ao estudo da teoria da alienação e a questões de múltiplas ordens. Em primeiro lugar, a retomada da problemática estritamente histórica da transição Hegel/Marx. Deste modo, é preciso reencontrar a análise do tema no Manuscrito de 1844, onde o autor articula o fetichismo, base constitutiva de sua teoria econômica, à teoria filosófica da alienação, estabelecendo um fértil diálogo tanto com Hegel como com Feuerbach. Num segundo momento, é preciso desvendar e acompanhar as reflexões sobre os interesses sociais, os conflitos e os impasses que foram se desenvolvendo no início deste século entre o vivido ou seja, as lutas sociais e o concebido, os debates existentes entre os vários intelectuais marxistas na Alemanha, na França ou mesmo na Hungria. De um lado, os dilemas da social democracia alemã e de outro os enfrentamentos políticos dos bolcheviques e o leninismo. Em meio a tantos interesses conflitantes, e em pleno processo do desenvolvimento do capitalismo, as duas grandes guerras mundiais conseguiram produzir os fundamentos geopolíticos do modo de produção e articular a mundialidade produtiva, a da circulação e da gestão política. Novos problemas e impasses se colocaram para o dimensionamento histórico: um certo anti-intelectualismo bergsoniano comprometido com o irracionalismo, ou um intelectualismo estéril, tomaram conta de intelectuais, especialmente na França; a crítica da vida cotidiana aparece frente a um marxismo mecanicista e repetitivo, desestruturando o pensamento que se constituía pelo vigor da dialética, deixando em seu lugar uma crítica superada da sociedade burguesa, reduzida à crítica da banalidade e não de seus fundamentos. Foi por esta via que se pôde analisar os efeitos das sociedades planificadas do oriente e os mecanismos de controle social, cultural e político impostos contra as necessidades da liberdade. Novamente a teoria da alienação constitui-se na referência central dos procedimentos investigativos e dos embates históricos.

A polêmica que se criou entre o estruturalismo e o existencialismo deve ser considerada como um momento fértil de crítica radical que acabou por retomar a totalidade dialógica possível na tríade Hegel, Marx e Nietzsche. O grande investimento na recuperação da totalidade do homem, foi empreendido por Lefebvre, que já nos anos 1930 numa obra intitulada *La Conscience Mistifiée* reiniciava a discussão sobre a alienação articulando os níveis do Estado, da sociedade e do indivíduo no resgate histórico.⁶

Procurando desvendar os impasses que se apresentavam naquele momento aos protagonistas da construção do desenvolvimento na Rússia, e às disputas

6 Henri Lefebvre, *La Conscience Mistifiée*, Paris, 1935.

provocadas pela II Internacional, Lefebvre destacava a importância tanto do retorno às fontes teóricas como à dialética na captura do movimento em movimento. Sua crítica às contemporizações dos intelectuais e dirigentes anunciavam os desvios irreparáveis no processo que se seguiu. Como um dos caminhos rumo à crítica radical, elaborou um projeto de análise teórico-filosófica da vida cotidiana.⁷ O objetivo central do autor foi estabelecer a relação indissociável entre o conhecimento da sociedade global e a crítica da vida cotidiana onde essa sociedade está inserida. O desvendamento da vida privada e da história são componentes centrais para o entendimento da globalidade em curso já nos anos 30 e 40 deste século. Para Lefebvre, o conhecimento da práxis social contém em si um programa de transformação. Conhecer o cotidiano é desejar transformá-lo. Deste modo, a problemática do cotidiano põe em movimento o reconhecimento de singularidades que ao serem desvendadas pela crítica radical permitem um projeto transformador dos elementos nele contido. Seguindo esse axioma, é importante colocar para esta reflexão que se deve ter presente, as diferenças atuais no desvendamento das cotidianidades, uma vez que as exigências históricas hoje colocadas nos distanciam das biografias, das dimensões individuais que o memorialismo produziu, pelo simples fato que estamos subsumidos numa totalidade inexistente naqueles momentos históricos.

Assim, a vida cotidiana no mundo moderno se estabelece por determinações estruturais do modo de produção capitalista e dos planejamentos globalizadores. A modernidade dividiu o homem em partes e níveis cada vez mais isolados e também compartimentou o saber através dos conhecimentos parcelares. Conseguir recuperar a totalidade torna-se uma tarefa que é necessária tanto ao homem comum em sua dimensão cotidiana, específica, como para o entendimento da totalidade no que ela têm de controle e dominação de todos os elementos constitutivos das singularidades. Essa tensão dividiu os historiadores brasileiros que acabaram se definindo em campos distintos — os cotidianistas versus os estruturalistas — segmentando os processos de trabalho nos quais os dois níveis só podem existir enquanto fruto do diálogo e da crítica radical fundamentais no desvendamento da nova complexidade que se verifica na constituição dos novos campos de pesquisa.

Um dos elementos explicativos dessa polaridade foi o fato de que a reflexão teórica no país se fez através dos partidos políticos sem uma esfera de investigação que relacionasse teoria e prática. Desse modo, os modelos explicativos acabavam sendo absorvidos como caminhos necessários à produção do conhecimento, apoiando-se num modo colonialista de entendi-

7 Henri Lefebvre, *Critique de la Vie Quotidienne*, Paris, 1958 (vol. 1), 1961 (vol. 2), 1977 (vol. 3); *La Vie Quotidienne en le Monde Modern*, Paris, 1967.

mento do desenvolvimento onde os determinismos das concepções colonizadoras mantinham-se nas análises através de um complicado processo de partidização submetido ao dualismo enquanto raiz explicativa dos dilemas econômico-sociais aqui existentes. A ausência de tradição filosófica, a precariedade dos debates intelectuais, as relações intrínsecas entre as elites conservadoras e os intelectuais, atrofiaram o desenvolvimento da crítica radical e limitaram o conhecimento histórico e filosófico aqui produzidos. Foi fundamentalmente na crítica literária que a radicalidade do novo pode ser inaugurada. Esse fenômeno até hoje é facilmente observável nos balanços históricos e historiográficos elaborados.⁸ Trata-se portanto de um momento de busca da atualização histórica de tal forma que a ressalva sugerida no título da mesa redonda onde este trabalho foi debatido pela primeira vez, em parte é descabida.⁹ Parecem inadequados os termos colocados já que não se trata de buscar a aparência dos processos e dos fenômenos, mas sim de entender as essencialidades proclamadas por Heller e Lefebvre, para quem os significados são elementos que se constituem pela crítica radical e permitem o entendimento das contradições que devem ser explicitadas pela investigação histórica e matizadas pelo rigor teórico das reflexões realizadas pelo trabalho intelectual. Não é por acaso que a vertente dos estudos históricos mais destacada nos últimos anos e cuja fertilidade é inegável, está fortemente matizada pelo trabalho dos críticos literários que destacam as dimensões culturais dos vários grupos sociais ao longo do processo histórico nacional. Neste terreno o pensamento crítico já inaugurou amplos estudos que permitem exercícios mais eficazes. Aproximando-se ainda com a literatura encontramos o forte apelo ao estilo narrativo dos processos sociais. De um lado, pela possibilidade de explicitação tanto do narrador, o historiador, como dos atores sociais que aparecem com maior clareza ao leitor, quebrando o monolitismo do texto estrutural. De outro, devido as fraquezas teóricas dos historiadores, que em nome da elaboração de textos “mais leves” têm abusado dos recursos metafóricos e, de fato, perdido o rigor e a precisão conceitual, necessários ao entendimento tanto das temporalidades diferenciadas que atuam simultaneamente, como das especificidades que só podem ser capturadas pelas análises que recuperam o cotidiano.

As críticas ao estruturalismo foram importantes para que o historiador recuperasse a historicidade dos processos e retomasse o caminho da

8 As obras de Antonio Cândido, Alfredo Bosi e Dante Moreira Leite são significativas para uma análise da questão. Mesmo o trabalho importante de Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira*, segue os mesmos parâmetros da crítica literária anterior.

9 “História e Cotidiano: usar sem banalizar”.

investigação. Foi do confronto entre o que estava documentado e as outras dimensões sociais que a problemática do cotidiano se revelou inteiramente necessária em nosso país. Inúmeros sujeitos sociais ficaram ausentes ao longo de todos esses anos e, quando apareciam em cena era pela voz dos intelectuais que em seu nome contavam suas “histórias” ou faziam projetos com vistas à garantia de suas liberdades ou inclusão social. O fracasso dessa interlocução ao lado do debate acadêmico muitas vezes importado e sem a contextualização necessária, colocou a dimensão do cotidiano em pauta. Esse debate espalhou-se sem a devida reflexão teórica a propósito de sua eficácia, necessidades e dos novos procedimentos a serem desenvolvidos e se tornou tema de discussão candente entre historiadores e professores. A atualização teórica necessária passou a demandar investimentos na formação continuada dos professores, alteração do mercado editorial e dos programas de ensino. As várias necessidades misturaram-se nos debates, e a polaridade político-partidária apareceu novamente em cena. A dimensão teórico-filosófica que poderia agora expressar-se com maior tranquilidade já que a ditadura militar fora derrubada, carecia de tradição e não promoveu o esperado. Algumas experiências entretanto devem ser destacadas. Grupos de estudos foram sendo criados não apenas junto aos programas de pós graduação, mas nos sindicatos, nas escolas, e entre escolas. Reuniões e seminários organizados por centros de pesquisas promoveram debates que se espalharam para além dos partidos e das academias. Novos sujeitos sociais emergiram estabelecendo suas demandas e rechaçando historicidades já consagradas. O tema da exclusão cresceu promovendo pela primeira vez em nossa história confrontos entre o vivido e o concebido no entendimento dos processos globais. A problemática indígena e negra ganhou novas dimensões e estudos como os de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso passaram a motivar novas investigações e críticas. Ramos interdisciplinares passaram a ser programados, destacando-se os estudos de etnohistória, os estudos sobre o campesinato, sobre a religiosidade popular, sobre a cultura material, sobre os níveis simbólicos das várias expressões culturais.

O interessante é notar o declínio dos temas estruturais, da economia, da política, do estado. Esse abandono permite a aceitação da ressalva colocada no tema da mesa redonda, uma vez que se pode ler através da crítica formulada por François Dosse,¹⁰ que o esfacelamento dos objetos e sua pulverização produziu uma história em migalhas incapaz de ser explicativa de fenômenos sociais cada vez mais complexos e difíceis de serem desvendados sem as noções de totalidade. Esse é um problema que aparece com clareza na prática cotidiana de professores. É evidente que existem experiências elaboradas com

10 François Dosse, *História em Migalhas*. São Paulo, 1992.

rigor teórico, mas a magnitude das que são meras constatações do aparente, do que é visível, exige um detalhamento mais rigoroso.

A escola brasileira é predominantemente positivista. A estrutura de funcionamento tem na disciplina e na hierarquia os seus atributos fundamentais. Desse modo, o aluno é entendido como um sujeito passivo que deve ser civilizado e burilado pelo professor. O entendimento ideológico das diferenças submetem-se a valores como os do trabalho que se opõem aos da preguiça, e a riqueza é sempre entendida como resultado do esforço e do empenho pessoal. Esse padrão ideológico aparece tanto nas concepções dos professores, como nos textos didáticos. O desvendamento desse padrão supõe exercícios de comparação e de crítica que só podem ser realizados através da análise de processos que estão para além do cotidiano dos alunos. Se a problemática do cotidiano for entendida na sua dimensão estrita, como via de regra acontece, esse conjunto de valores tende a se perpetuar, e desse modo a escola estaria trabalhando na preservação de valores cujos objetivos circunscritos os colocariam a serviço da manutenção do status quo. Mais ainda, o não reconhecimento que o vivido é um nível de conhecimento fundamental na recuperação das especificidades, impediria o detalhamento das estruturas sociais, o entendimento dos mecanismos de exclusão e de concentração, bases constitutivas da modernidade. Assim, retomando um velho e polêmico texto afirmamos que “a teoria (...) não se liga à revolução de uma forma mais ou menos casual, através de frouxas e mal interpretadas relações, mas por sua essência, é a expressão intelectual do próprio processo revolucionário”.¹¹ O conhecimento supõe a superação dos padrões e valores consagrados no senso comum, nível carregado de alienações negativas, de valores distorcidos e de pré noções. O senso comum pertence ao nível do cotidiano e identifica-se com as ocultações e incompreensões nele contidas. Isto entretanto não faz dele apenas um instrumento de conservação. É no cotidiano que está a rebeldia, os elementos que não foram capturados pelos poderes institucionais, os resíduos que para Lefebvre são ancestralidades do homem total, constituído de vontade de potência, de espírito criador capaz ao mesmo tempo da busca da liberdade e do sentido da obra.¹²

Num mundo onde a quantificação e a mercantilização, a capitalização do espírito e a comercialização da cultura desenvolveram-se em escala mundial, onde a indústria atingiu todos os meandros da vida humana, standartizando e sacrificando as diferenças à lógica implacável do valor quantitativo, o cotidiano e os irredutíveis são elementos necessários na busca do

11 Georg Lukács, *História e Consciência de Classes*, Paris, 1960, pp. 18-19.

12 Henri Lefebvre, *Hegel, Marx e Nietzsche*, México, 1976.

entendimento e nos projetos de superação. Esse momento de debate procura destacar a necessidade de produção de uma nova síntese que permita o entendimento e as operações históricas em novas bases. Ética, liberdade, preservação do continente, autodeterminação dos povos, direito às diferenças “são princípios políticos e mesmo éticos que a burguesia utilizou contra o feudalismo e que agora voltam-se contra ela. Por sua adesão aos valores humanistas, os intelectuais tendem a se tornar cada vez mais radicalmente opostos ao “sistema”, cuja prática está em contradição gritante e insuportável com sua própria ideologia”.¹³

Os instrumentos que os intelectuais dispõem hoje no país são mais eficazes, uma vez que, sua fala exclusiva foi questionada por dentro e por fora dos níveis institucionais, sejam eles academias, partidos, escolas, sindicatos. De forma original novos sujeitos sociais se põem em cena. As chamadas minorias do final dos anos 50 e início da década de 60, têm hoje mais de trinta anos e como balzaqueanas criaram tradição e agitaram novos aliados. Os excluídos estão em luta e aparecem a cores nas redes de televisão. São crianças de ruas, escravos, sem teto, desempregados, sem terras, posseiros, que aparecem quando se interpõe à ordem estabelecida e em inúmeras vezes associados aos crimes e ao banditismo. Estes últimos — os bandidos — também entram em cena todos os dias promovendo a crítica das instituições que são hoje incapazes de ocultar a magnitude desses processos. O cotidiano pulula em todos os níveis, o seu reconhecimento se realiza com toda a nitidez. Entretanto, dele visualizamos as dimensões estereotipadas. Sua superação supõe a correlação entre esse nível imediato e as demais esferas da vida social, ou seja os tempos médios e longos tão bem detalhados na concepção braudeliana de movimento.

Do ponto de vista da América Latina, é impossível a neutralidade intelectual e os engajamentos são desse modo mais massivos. Entretanto, no continente em que estamos inseridos, a burguesia é imensamente temerosa e conservadora, impedindo um programa de reformas que busque a redistribuição do produto social de forma menos perversa. Esse setor social que não professa a ideologia liberal, articula-se com as velhas estruturas coloniais e juntamente com as oligarquias latifundiárias prefere a extração da renda territorial à ampliação das taxas de lucros num sistema mais fortemente produtivo. Esse desvio redimensiona o sentido do capital financeiro que se torna essencialmente especulativo e promove a perpetuação do velho na mais moderna forma de funcionamento do capital monopolista. O imediato articula estruturas ancestrais e mantém a lógica da simultaneidade dos tempos

13 Michel Lowy, *Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários*, São Paulo, 1979, pp. 259-60.

históricos, ou seja do desenvolvimento desigual. Entretanto, enquanto uma formação econômico-social específica, a América Latina, e nela o Brasil, a lógica nem sempre se dá por completo. O engajamento dos intelectuais não se dá por consenso entre o reconhecimento das desigualdades e as formulas necessárias à sua superação. Para uns, o cotidiano é pleno de alienação e o sentido iluminista de sua intervenção social se realiza mais pelas proposições hegelianas. Outros entendem que o cotidiano é carregado do potencial revolucionário e, deste modo, poderá através da ação direta dos sujeitos sociais sem quaisquer mediadores reverter e por fim à exclusão. Há ainda os que tem procurado estabelecer os pontos de intersecção entre o nível das estruturas, ou das instituições e as ações mais diretas manifestadas pelos novos movimentos sociais, ou seja pelo nível do cotidiano. Esta compartimentação tem gerado disputas às vezes acirradas e de fato ocultado mais os fenômenos do que produzido a crítica radical necessária.

Trata-se de um problema de ordem filosófica e política, um problema teórico que supõe uma nova forma de entendimento do conhecimento e sua necessária e inexorável relação com a realidade e com a contemporaneidade.

A abordagem histórica pela cotidianidade é estratégica, devido a hegemonia dos elementos constitutivos da exclusão dos sujeitos comuns, das relações culturais, que esse nível desvenda e que só podem aparecer em cena nesse âmbito. Este é o argumento mais importante quando se propôs a história de vida nas séries iniciais do ensino fundamental. Não pela proximidade espacial, mas pela forma do olhar. O mundo é entendido por condicionantes sócio-culturais e desse modo o sujeito realiza melhor as operações abstratas partindo de conhecimentos relacionados ao tempo imediato. Para Braudel, o tempo curto, do fato, do acontecimento é fundamental para o entendimento do tempo breve, das conjunturas. Dos embates entre o acontecimento e a conjuntura, depreendem-se as longas temporalidades que pré-existem aos sujeitos e que devem ser retomadas como exercícios de recuperação do passado através do movimentos em movimento e não de forma estática.¹⁴

O passado é instrumental para a análise do presente e não para o entendimento do que ocorreu. Quando nos apropriamos de temporalidades distintas, estamos lidando com as múltiplas dimensões das experiências humanas. Deste modo, estamos nos apropriando das diferenças promovidas pelos ritmos dos tempos históricos em nossas próprias vidas. Assim, o reconhecimento do bairro, da casa, da escola enquanto processos em transformação permite às crianças se entenderem crescendo e se transformando com as demais relações históricas. Ao contrário, se partirmos de experiências longínquas, estimularemos a imaginação fantástica,

14 Fernand Braudel, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Ed. Presença, 1979.

distanciando o sujeito da própria ação. Quando a criança vive num universo cultural mais rico e diversificado, ela mesma elabora as articulações, mas quando os recursos oferecidos tem a precariedade dos objetos pedagógicos que existem nas escolas públicas atuais, a relação entre o vivido pela criança em suas relações sócio-culturais e o concebido são fundamentais no processo de ensino aprendizagem.

A história de vida deve ser ponto de partida nas primeiras séries e ponto de chegada nas séries finais. Deste modo, a avaliação da aprendizagem sobre as temporalidades históricas poderá se efetuar de modo a permitir a compreensão das abrangências, das abstrações e da ampliação da dimensão mundial que o aluno conseguiu incorporar em sua própria experiência imediata.

A história de vida exige a decodificação da espacialidade e das relações sócio-culturais dela decorrente. Deste modo, o estudo da cidade, em sua dimensão complexa, como palco e teatralidade da história permite ao estudante estabelecer comparações e relações com outras, de períodos e dimensões distintas ou equivalentes. A inserção do sujeito ativo e construtivo no processo do conhecimento é central para a transformação do cotidiano, e portanto, das dimensões conjunturais e estruturais das mesmas relações. As práticas de trabalho necessárias ao entendimento dessas temporalidades distintas devem se realizar através da leitura documental e da observação ativa proporcionada por estudos do meio, por pequenas enquêtes, por organização de temas norteadores da investigação e da comparação, do uso de documentos pessoais, iconográficos, filmográficos e musicais no desvendamento de experiências já realizadas e também da produção artística e cultural de um dado período histórico. Cada material faz parte de uma temporalidade específica e pertence a uma historicidade determinada, devendo ser identificado ao ser escolhido para dar suporte ao ensino de história.

O interesse que existe hoje no desvendamento dos materiais de ensino deve-se ao fato de que eles perderam a relação intrínseca à vida das pessoas, separaram-se por completo do fazer de cada dia, e deste modo ganharam a dimensão abstrata e de ocultamento dos objetos ideologizados. Os fenômenos produzidos pelo nazi-fascismo são significativos nesse debate. Da explicitação ideológica produzida pelo nazismo no mundo contemporâneo, restou a necessidade da crítica radical e o sentido da sociologia foi profundamente alterado. Theodor Adorno alertava em meados deste século para a necessidade da investigação empírica que deveria se contrapor aos esquemas redutores, aos dogmas pré-concebidos para a relativização dos ufanismos exagerados e para a crítica dos coletivos manipulados e cegos. Para Horkheimer era necessário rever o estado ambíguo da sociologia nas academias alemãs uma vez que o engajamento dos intelectuais na denúncia dos processos de manipulação social exigiam um profundo debate ético e crítico,

pois o salvacionismo produzira a cegueira coletiva e o sombrio e destruidor modelo alemão testado na guerra.¹⁵

O pós guerra despertou nas consciências críticas a necessidade de ponderações novas, uma vez que os impasses e destruições vividos exigiam novos níveis de reflexão, novas dimensões para a luta política, assim como exercícios de tolerância e democracia apareciam mais amplos do que os vivenciados até então. Se de um lado a consciência crítica despertou para os novos sujeitos sociais capazes de frear os monolitismos institucionais, o capitalismo monopolista criou instâncias supra-nacionais de controle, acumulação e gestão. Instituições poderosas foram sendo constituídas tais como o Fundo Monetário Internacional, a Organização dos Tratados do Atlântico Norte, o Pacto de Varsóvia, a Organização das Nações Unidas.

Essas instituições colocaram-se acima dos interesses nacionais e através da política de blocos garantiu a nova economia mundial os níveis de desagregação e miséria crescente nos países periféricos. A invisibilidade desses macro processos fez com que se perdessem as dimensões históricas das partes constitutivas do grande polvo controlador da nova mundialidade. Como já afirmamos, o planejamento global do leste europeu, modalidade do estatismo soviético tornou-se o paradigma das novas relações de força e de poder, explicitadas pela corrida armamentista, pela corrida espacial, e finalmente pela cibernética. O cotidiano também se modificou à luz dessa nova modalidade de produção, circulação e controle.

Deste modo, as relações entre o moderno e o arcaico passaram a fazer parte de um mesmo tempo cronológico, instituído pelos processos de desenvolvimento desigual em diferentes formações sociais. Daí, por exemplo, os camponeses do Rio Grande do Sul, com tradição agrícola centenária, modelo para os projetos de reforma agrária proposto pelo MASTER no início dos anos 60, tornarem-se bóias frias e sem terras no final da década seguinte. A integração do Brasil na mundialidade, promovida pelos militares que realizaram o golpe de 1964, articulou um amplo processo concentrador de capital, terras, instituições e controle político no país, que desagregou a pequena e média propriedade e através dos plano de desenvolvimento, apoiou o boom da soja, fazendo com que mais de mil famílias camponesas se tornassem perambulantes e se unissem aos atingidos por construções de barragens, como a de Passo Real, iniciando a luta dos sem terras. Criaram a estratégia dos acampamentos em beiras de estradas, como ocorreu na Encruzilhada do Natalino, onde Louvacir, uma camponesa com longos anos de trabalho produtivo, teve que cantar a morte de seu filho por desnutrição e falta

15 Max Horkheimer, *Cartas a Walter Benjamin*, apud M. Lowy, *op. cit.*

de atendimento médico. O poema dessa camponesa,¹⁶ assim como tantos outros que revelam as alegrias e as tristezas do cotidiano vivido por milhares de homens e mulheres neste país, ganham um lugar na história quando permitem o entendimento das dimensões gerais das histórias nacionais e se colocam em conflito com elas.¹⁷

Deste modo, o cotidiano, o lugar, o imediato se realiza e se explica por sua historicidade e nos níveis e dimensões da totalidade necessárias ao seu próprio fundamento. A banalização só é possível se a crítica radical, porque vai à raiz, desvende os fundamentos das questões que devem ser respondidas pela reflexão e pesquisa histórica.

Texto apresentado na Mesa Redonda História e Cotidiano: Usar sem Banalizar, 20/7/1993.

16 “Governo pense um pouco, nesta nossa situação,
Dai-nos terra para o trabalho, prá não nos faltar o pão;
Pois tendo todo o conforto, os filhos não choram não...”

17 O tratamento metodológico foi realizado por José de Souza Martins, no conjunto de seus trabalhos, mas especialmente em *Subúrbio*, São Paulo, 1992, onde o autor discute a história no lugar versus a história do lugar.